

***Visões da “família provincial do Império”:
Política e representação do espaço
no Brasil do século XIX***

Pérola Maria Goldfeder e Castro¹

Recebido em julho de 2013;
Aprovado em agosto de 2013.

RESUMO

Este artigo trata das relações entre política e espaço sob a perspectiva das representações do território brasileiro no século XIX. Por meio da análise de compêndios geográficos impressos no Brasil entre as décadas de 1830 e 1870, buscamos analisar como as transformações no arranjo institucional do Império influenciaram na maneira de se enxergar o território brasileiro, relacionando-o à unidade nacional. Ao final, a idéia principal que se esboça é a de que conhecer o território é, indissociavelmente, fazer política.

Palavras-chave: representação espacial; unidade nacional; arranjo institucional do Império.

ABSTRACT

This paper is about relations between politics and space, beyond the scope of spacial representations of the Brazil Empire under 19th century. In analysing geographic books published in Brazil between the 1830 and 1870 decades, we aim understand how the transformations in brazilian institutional arrangement had affected the ways of recognizing imperial territory and their parts. At least, the main idea shows that knowing territories is inseparably doing politics.

Keywords: spacial representation; national unity; Empire’s institutional arrangement.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP e professora do Departamento de História da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, Campus de Campanha. Pesquisa a formação do Estado nacional brasileiro no século XIX, com ênfase nas representações políticas e espaciais da região sul de Minas Gerais. E-mail: perolagold@yahoo.com.br

O território do Império não constitui somente a sua mais valiosa propriedade; a integridade, a indivisibilidade dele é de mais a mais não só um direito fundamental, mas um dogma político. É um atributo sagrado de seu poder e de sua independência; é uma das bases primordiais de sua grandeza exterior (BUENO, 1978, p. 21).

Durante o período imperial, sucessivas gerações de políticos e intelectuais empenharam-se na tarefa de construção do Estado nacional brasileiro sob a égide do princípio de *unidade nacional*. O velho Império Português havia-lhes legado, além de experiências políticas e modelos institucionais, um imenso território a zelar, território esse que mais se assemelhava a um mosaico repleto de imperfeições. E foi essa herança, significativamente expressa pela denominação de “Império do Brasil”, que definiu os marcos de orientação espacial dos homens no Oitocentos.

Fundamento paradigmático da unidade nacional, a unidade territorial evidencia-se na declaração de Pimenta Bueno que serve de epígrafe a este artigo. Em *Direito Público Brasileiro* (1857), uma exegese da Carta Constitucional de 1824, o futuro Marquês de São Vicente revela sua percepção espacial que, não obstante ser mais jurídica que propriamente geográfica, auxilia-nos a compreender o quadro de referências dentro do qual diversas representações do território brasileiro foram elaboradas.

Sob a ótica desse autor, era o território a mais valiosa propriedade do Brasil, um de seus distintivos em relação a outros Estados. Sendo propriedade, era lógico que o território nacional se pautasse por critérios de definição semelhante aos das propriedades privadas. Assim, numa acepção liberal, integridade e indivisibilidade² eram não apenas direito fundamental do corpo político ao qual o território pertencia como também dogma político, que deveria ser acatado e defendido a todo custo pelos representantes da nação. Notemos que essa definição político-jurídica do território não era de todo esvaziada de uma conotação mística, na medida em que Pimenta Bueno associa aquela propriedade a um atributo sagrado do poder imperial.

Quanto ao papel das províncias no arranjo institucional do Império, Pimenta Bueno ressalta que “o Império é um e único”. E prossegue: “ele não é dividido em províncias senão no sentido e fim de distribuir convenientemente os órgãos da administração, de modo que em toda a extensão do país haja centros adequados e próximos para o serviço e bem ser dos

²Abrimos um parêntesis para explicar o direito de indivisibilidade defendido pelo autor: na Constituição de 1824, não havia nenhuma cláusula que impugnasse a revisão dos limites provinciais; pelo contrário, o artigo 2º, que trata da divisão administrativa do Império, previa a possibilidade de divisão territorial, se esta fosse necessária ao bem público. Embora sejam orientadas por uma mesma lógica de transformação do espaço, *subdivisão das partes* e *divisão do todo* são empresas bastante distintas. Pimenta Bueno reconhecia essa diferença, sendo que, em sua análise, o princípio de indivisibilidade era aplicável apenas à última situação.

respectivos habitantes” (BUENO, 1978, p. 21). Para esse autor, as províncias eram circunscrições territoriais criadas com a finalidade de distribuir os órgãos da administração. Nesse sentido, elas existiam em função do Império, e não o contrário, pois eram partes integrantes deste. Era pelo frágil equilíbrio entre centralização administrativa e franquias provinciais, equilíbrio que somente poderia ser alcançado por uma racional divisão do Império, que se garantia, portanto, a unidade nacional.

Ao reconhecer no território uma das bases da grandeza exterior do Império, o autor sugere uma relação de complementaridade entre expressividade territorial e soberania nacional. Com efeito, de todas as organizações humanas é o Estado a mais territorial (RONCAYOLO, 1986, p. 262). O exercício da soberania é medido pela eficácia do controle do Estado sobre seu território. Nessa perspectiva, a posse de um território extenso, contíguo e unificado era pressuposto de inserção da nação brasileira no orbe da civilização.

Como a ausência de unidade social³ era senda espinhosa que convinha evitar percorrer, políticos e intelectuais da geração do Marquês de São Vicente analisavam a questão da unidade nacional quase que exclusivamente sob o prisma geopolítico. Para eles, o território unificado e contíguo era não somente atributo de soberania, mas também elemento fundamental na definição do caráter nacional. Assim, ao identificarem riqueza natural e gigantismo territorial como características constitutivas do Império do Brasil, os compêndios geográficos produzidos nesse contexto sublinhavam a singularidade do processo de construção do Estado nacional.

Nos Estados nacionais que se constituíram ao longo do século XIX, os agentes da unificação tiveram de arcar com a presença, antagônica e/ou complementar, das identidades políticas regionais. Sendo assim, a nação constituía-se um conjunto harmonioso de regionalismos complementares, fundamentados na máxima: “A unidade (nacional) é rica por suas diversidades (regionais)” (THIESSE, 2009, p. 5).

No caso da França, por exemplo, as identidades regionais não se desenvolveram em oposição ao nacionalismo emergente, mas sobrevieram como forma consensual que buscava evitar os excessos da centralização. No processo de construção do Estado nacional francês, o ensino público primário foi uma das instituições responsáveis por promover a imagem da França como síntese ideal do continente europeu, nação composta por diferentes regiões que,

³No âmbito social, por exemplo, a independência política do Império não havia sido capaz de neutralizar as identidades regionais e gerar uma coletividade de cidadãos, reunidos em torno de um mesmo projeto de nação. Ademais, era incoerente que uma sociedade que se dizia civilizada, defensora dos princípios de liberdade e igualdade dos indivíduos perante a lei pudesse calcar-se em bases escravistas, herdadas do período colonial. Em face dessas contradições, a unidade nacional afigurava-se mais como um artifício forjado para delimitar clivagens político sociais e cobrir a “careta” de atraso que teimava em estampar o semblante imperial.

em conjunto, perfaziam uma totalidade harmônica. Os sentimentos patrióticos também eram ensinados aos franceses, que aprendiam desde cedo que, no amor pela “pequena pátria”, ou região, residia o respeito pela “grande pátria”, ou nação (THIESSE, 1995, p. 5).

A relação entre Estado nacional e regionalismos políticos no Brasil aproxima-se da experiência francesa na tentativa de manutenção da unidade nacional. No Brasil do século XIX, o regionalismo não se desenvolveu antagonicamente ao sentimento de unidade nacional, mas, sim, sob o signo de um pacto político firmado entre elites regional e o governo central em torno de um projeto comum, o de manutenção da ordem em todas as dimensões: política, ideológica, social (DOLHNIKOFF, 2005, p. 27).

Nas obras que analisamos a seguir, cujo mote era a legitimação da unidade nacional, identificamos três tipos de abordagens: 1) a imperial, que representa a unidade do arranjo institucional brasileiro; 2) a regional, que representa a totalidade da província mineira, embora com matizes quanto aos seus limites políticos e geográficos; 3) a local, que representa as singularidades locais de uma vila, cidade ou região, podendo perfazer uma totalidade ou não. Lembremo-nos de que essas categoriais são, na verdade, recursos metodológicos construídos para auxiliar a análise textual. Assim, uma mesma obra pode conter diferentes visões de Império, província e região.

Em estudo sobre a “gramática visual” que determinou a construção e a centralização do espaço nacional brasileiro no século XIX, Renato Amado Peixoto distingue quatro tipos de representação do território, a saber: 1) Roteiros; 2) Itinerários; 3) Memórias e 4) Descrições. Esse autor observa que, enquanto os *roteiros* traduziam o esforço de penetração dos sertanistas em um espaço desconhecido, sendo, por isso, caracterizados pela originalidade, os *itinerários* tinham por objeto um território já explorado cujos limites eram determinados por balizas facilmente distinguíveis pelo viajante/leitor (PEIXOTO, 2005, p. 113).

À parte desses modelos, as *memórias* eram determinadas pela articulação entre tempo e espaço, sendo indispensável a esse tipo de texto legitimar a antiguidade da posse do território e narrar os processos de ocupação desse espaço.

Finalmente, as *descrições* valiam-se de outros modelos textuais, bem como de representações gráficas do espaço, para delimitar e descrever um território “onde a presença de um ente organizador e central era inequívoca” (PEIXOTO, 2005, p. 116). Nesse sentido, a característica definidora desse modelo era sua ligação com o projeto de construção de um Estado nacional unitário.

Concordamos com Peixoto que a principal característica destes gêneros textuais é seu compromisso com a descrição detalhada de uma região. Especialmente nos roteiros e

itinerários, o emprego de dispositivos ópticos, “pinturas de palavras”, tornou-se, consoante o autor, uma convenção estilística para se esmiuçar os múltiplos aspectos de um objeto espacial (PEIXOTO, 2005, p. 11).

É interessante observar que todas as obras analisadas constituem uma relação de identidade histórica entre si, que é pautada por sua vinculação ao discurso de conhecimento do território e inventário das riquezas deste. Ao representarem o território, distinguindo nele matizes, os compêndios geográficos oitocentistas promoveram verdadeira “invenção”⁴ do Império Brasileiro e de suas especificidades regionais.

MANUEL AIRES DE CASAL, O MODELO A SER SEGUIDO

Publicada pela Imprensa Régia, sob auspícios oficiais, a *Corografia Brasílica* (1817), investe-se de importância histórica não apenas por ter sido o primeiro livro editado no Brasil, como também por ter se constituído modelo para empreendimentos posteriores. O mérito de Manuel Aires de Casal está no pioneirismo de sua iniciativa de reunir dados sistemáticos sobre o território brasileiro, adaptando-os aos modelos do gênero corográfico⁵.

A elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves, em 1815, longe de ter sido apenas uma formalidade, representou uma inovação na definição dos referenciais territoriais: as capitânias, unidades administrativas próprias do período colonial, passaram à categoria de províncias⁶. Assim, a nova conjuntura política transformara, ainda que apenas no plano simbólico, um aglomerado de capitânias numa entidade política dotada de representatividade. E foi este quadro político que a obra de Aires de Casal pretendeu fixar.

O conteúdo da *Corografia Brasílica* divide-se em dois tomos: no primeiro, além do

⁴Em estudo sobre os mecanismos de conhecimento do território francês na modernidade, Jacques Revel nos oferece um parâmetro de análise do processo de “invenção” da sociedade, como ele mesmo diz. Segundo o autor, a geodesia foi tributária das necessidades e do desenvolvimento de uma administração pública que tendia a cobrir a França com uma rede simultaneamente mais apertada e regular. Nesse sentido, conhecimento do território é, indissociavelmente, produção do mesmo (REVEL, 1989, p. 104).

⁵Hoje em dia raro, o termo *corografia* foi bastante empregado no passado para designar obras que tinham como fundamento a descrição pormenorizada de uma região. Nas corografias, o emprego da linguagem visual, verdadeira pintura de palavras, tornou-se uma convenção estilística para se esmiuçar os múltiplos aspectos de um objeto espacial. Contudo, como qualquer saber, o gênero corográfico estava sujeito a procedimentos internos de controle do discurso, os quais determinam certo número de regras aos indivíduos que dele se utilizavam. Nesse sentido, o território só era perceptível àqueles que sabiam reconhecer seus signos e haviam aprendido a ver o mundo com olhos de pintor.

⁶Entre 1808 e 1821, os termos *capitania* e *província* foram utilizados alternadamente na legislação para designar unidades administrativas e territoriais, embora o segundo fosse mais adequado ao contexto do Império luso-brasileiro em fase de desintegração. Por meio do Decreto de 1º de outubro de 1821, estabeleceram-se os parâmetros administrativos das províncias, que passaram contar com Juntas Provisórias de Governo e, posteriormente, com Conselhos Gerais.

texto de introdução, são listadas as províncias do centro-sul, com suas respectivas vilas e cidades. O segundo tomo apresenta dados relativos à província do Rio de Janeiro e às demais províncias setentrionais. No conjunto da obra, cada capítulo é uma unidade textual que independe das demais. Porém, se lidos sequencialmente, eles prefiguram uma totalidade, fornecendo uma noção de Reino do Brasil, mesmo que esta ainda não fosse clara aos agentes da formação nacional nas primeiras décadas do século XIX.

À guisa de introdução, Aires de Casal contextualiza a participação portuguesa no processo de descobrimento e exploração do continente americano. Intercalada ao texto introdutório, a transcrição daquela que era considerada a certidão de nascimento da nação brasileira: a Carta de Pero Vaz de Caminha, de 1500⁷.

O imperativo econômico da obra fica patente na passagem em que o autor localiza o território brasileiro no contexto das relações comerciais. Segundo ele, o fato de localizar-se entre o Equador e o paralelo de 55 graus de latitude austral colocava o território brasileiro “na mais vantajosa situação para o comercio, não só com o restante da América, mais ainda com as três partes do Antigo Mundo” (CASAL, 1945, p. 17).

Nos processos de demarcação territorial, os cursos de água foram considerados balizas ideais, na medida em que desenhavam uma linha contínua e bem visível na superfície do território. Nesta citação, percebemos como Aires de Casal atribui aos rios brasileiros a qualidade imanente de dividir circunscrições territoriais:

Esta vasta região [Brasil] tem ao norte o Oceano Atlântico, e o Rio das Amazonas ou Maranhão, que a separa da Província de Terra-Firme; ao meio dia o golfo, que recolhe o Rio da Prata; ao oriente o mencionado Oceano; ao poente o Rio Paraguai, que corre do norte para o sul, e o Madeira, que corre em contrário; vindo a ser uma península, cujo istmo, que tem mui poucos côvados de largura, fica entre as origens dos rios Aguapeí e Alegre, que são ramos secundários daqueloutro (CASAL, 1945, p. 20).

A natureza brasileira limitava-se, assim, por um circuito hidrográfico formado pelos rios Amazonas, da Prata, Paraguai, Madeira e pelo Oceano Atlântico. Essa divisão perfaz uma contiguidade, interrompida apenas por faixas de terra que separam os rios Aguapeí e Alegre. Nessas circunstâncias, o autor considera o Brasil uma península já que, numa acepção formal, esse acidente geográfico era definido como “uma terra rodeada de água, exceto na parte com a qual está a península pegada com outra terra” (BLUTEAU, 1713, p. 394).

Em se tratando do relevo brasileiro, Aires de Casal demonstra uma visão de síntese em

⁷Segundo Caio Prado Jr., Aires de Casal foi o primeiro a publicar esse documento histórico, utilizando-se para isso de uma cópia encontrada no Arquivo da Real Marinha do Rio de Janeiro. PRADO JR., In: CASAL, 1945, p. 39.

vias de formação quando diz que “A face do país, quase geralmente desigual, tem muito mais de baixa, que de montuosa (*sic*)” (CASAL, 1945, p. 35). Notemos que a expressão “face do país” é rica em significados na obra desse autor, guardando íntima relação com os recursos pictóricos do panorama e da perspectiva linear⁸.

Em algumas passagens, a expressão “face do país” designa o que entendemos por superfície terrestre, extrato do solo vulnerável à ação das chuvas: ao mencionar o advento da comitiva do governador do Mato Grosso às minas de Cuiabá, em 1751, Aires de Casal diz que “havia já quase dois anos que as chuvas tinham feito reverdecer a face do país, renovado varias fontes, atalhado as moléstias, e facilitado as viagens de terra” (CASAL, 1945, p. 123).

Quanto às províncias, a descrição destas normalmente vinha acompanhada de comentários sobre a potencialidade econômica de cada região, arrolando-se produtos minerais, agrícolas e pecuários. Com esses dados, estimamos que Aires de Casal tenha contribuído substantivamente para o estado da política econômica de sua época, uma vez que esta buscasse o maior aproveitamento possível dos recursos naturais de que dispunha o Reino do Brasil. Isso, contudo, não significa que a *Corografia Brasílica* seja reflexo do contexto de queda das barreiras coloniais que impediam o desenvolvimento da economia nacional, mas, sim, que o crescente interesse pelos assuntos brasileiros e o desejo de colocar o país entre as nações civilizadas foram condições que possibilitaram o aparecimento desse tipo de inventário corográfico.

O posicionamento político da *Corografia Brasílica* orientava-se, portanto, no sentido da afirmação da unidade nacional: para Aires de Casal, as diversidades regionais existiam em função da totalidade, e não o inverso.

A *Corografia Brasílica* foi o mais completo quadro geral do Brasil elaborado durante o século XIX. A utilidade das informações corográficas para a economia e a administração do país trouxe prestígio à obra de Aires de Casal. Com o tempo, esta obra se tornaria uma espécie de livro sagrado da geografia brasileira, experiência modular para todos aqueles que desejavam representar suas províncias e localidades.

⁸Fruto da ótica renascentista de representação do universo, a perspectiva linear organiza e controla as coordenadas espaciais, sobre as quais incidem o intelecto e a razão. Para Denis Cosgrove, essa operação possibilita ao olhar controle absoluto sobre o espaço. Nesse sentido, a distância em relação ao objeto de observação, proporcionada pelo recurso visual do panorama, foi o elemento que possibilitou aos homens do passado a sensação, mesmo que figurada, de possuírem um olhar onisciente sobre o espaço. A variação de escalas na representação do espaço, por sua vez, correspondia a políticas de gestão do território específicos do período imperial (COSGROVE, 1985, p. 45).

COMPÊNDIOS ESCOLARES E A LAPIDAÇÃO DA NACIONALIDADE

A inserção do gênero corográfico nos projetos educacionais do Império foi, também, recurso bastante utilizado para forjar a nacionalidade brasileira em congruência com as identidades políticas provinciais. Não raramente, manuais de história e geografia eram os primeiros e únicos livros aos quais os alunos das instituições de ensino tinham acesso. Ademais, lembremos que, se hodiernamente os livros didáticos transparecem como fonte de referência marginal, no passado, essas publicações faziam parte da vida cultural brasileira, sendo investidas de autoridade que transcendia o âmbito escolar.

As próximas corografias que analisamos foram elaboradas sob a forma de compêndios didáticos para serem utilizadas em instituições de ensino no Império. Seus conteúdos organizaram-se de acordo com as diretrizes da pedagogia da nacionalidade empregada na lapidação do patriotismo e na introdução dos estudantes no mundo da leitura.

Primeiramente destacamos a *Corografia ou abreviada História Geográfica do Império do Brasil* (1829), de Domingos José Antônio Rebello. Organizada por um negociante local, essa obra foi oferecida especialmente aos alunos do Colégio dos Órfãos de São Joaquim, da cidade de Salvador.

No prefácio da *Corografia*, Rebello declara ser o amor pela pátria a grande motivação de seu empreendimento. Sua intenção era, portanto, apresentar “uma idéia aproximada em geral do Brasil, e em particular da Província da Bahia, isto é, do mais notável, e essencial a seu respeito” (REBELLO, 1829, p. 1). Nisso se revela a lógica de percepção espacial do autor, que vai da totalidade do continente americano à especificidade regional.

Para Rebello, era indesculpável que se ignorasse a grandeza e riqueza do território nacional. A diversidade dos produtos naturais eram sinais evidentes de prosperidade, as quais faziam do Brasil um “mimo da Natureza”, nas palavras do autor. Assim, o estudo detalhado de cada província era ponto de partida para a ampliação dos horizontes estudantis, devendo ser empreendido antes de se conhecer a história e a geografia de outras nações:

É notável que se não aprenda, e saiba primeiro que nenhuma outra, a história do nosso belo País natal, tratando-se em menos cabo aquilo que antes de tudo deve-se ler para conhecer-se a riqueza imensa das produções do nosso terreno admirável, para então seguir-se á dos Países Estrangeiros (REBELLO, 1829, p. 2).

Assim, ao reconhecer o Brasil como um país, mais especificamente o “país natal” tanto do autor quanto dos leitores, a *Corografia* de Rebello direcionava a perspectiva dos

alunos de maneira a fazê-los perceber os particularismos de que se compunha a unidade nacional. Tal maneira de ver o mundo é certamente um dos elementos mais importantes na construção de qualquer identidade política, pois molda, desde tenra idade, a percepção espacial do sujeito, fazendo-o remeter-se sempre aos referenciais regionais e locais.

Mas o que fazia da região objeto de interesse aos olhos dos políticos e intelectuais oitocentistas? Pierre Goubert estima que, por um longo período, pelo menos até que as idéias passassem a circular mais rapidamente e os homens se deslocassem com mais frequência e rapidez, o ponto de referência da maioria das pessoas era a paróquia natal ou uma pequena cidade e seus arredores. Daí que, num tipo de vida tão confinada, leituras, observações da natureza e demais atividades intelectuais fossem investidas de forte enraizamento espacial (GOUBERT, 1992, p.46). Vale observarmos que, na etimologia, os termos *pátria* e *pais* derivam de uma mesma raiz histórica, ambos designando lugares de origem de uma determinada comunidade, espaços cotidianos carregados de grande valor afetivo e simbólico.

No caso do Brasil, o processo de independência política, ocorrido na primeira metade do século XIX, expandiu a noção de espaço entre as elites provinciais, alterando nelas a maneira de ver o mundo e de nele se posicionarem politicamente. A participação das oligarquias regionais no processo de formação do Estado nacional deu-se, assim, pela articulação de uma trama ampla e complexa, na qual a província era elemento fundamental.

Certamente, o campo espacial não ficaria incólume à conjuntura de mudanças: a visão corográfica continuou a representar particularidades regionais, agora inseridas no projeto de unificação que se fazia necessário para a conservação da integridade do Império.

O desejo de alinhar as diversas peças que compunham o grande mosaico imperial, sujeitando-as à supremacia de um centro, foi manifestado nas mais diversas esferas de poder. No âmbito político, por exemplo, a Carta Constitucional de 1824 enquadrou o poder provincial nos moldes do projeto centralizador, submetendo-o à fiscalização de um presidente de província, nomeado diretamente pelo Imperador. Ao longo do século XIX, não obstante modificações implementadas pelas emendas constitucionais, esse cargo continuou símbolo da presença do governo central nas províncias.

Como o conflito entre províncias e governo central fosse inevitável, a solução encontrada para salvaguardar a unidade nacional foi institucionalizar as reivindicações regionais por meio de um órgão administrativo próprio. Para isso, a Emenda Constitucional de 1834 criou as Assembleias Legislativas Provinciais, órgãos que, conjuntamente à Câmara dos Deputados, torna-se-iam uma das principais esferas de negociação política do período imperial, consolidando uma organização compósita do poder provincial.

Ao compor o *Dicionário Topográfico do Império do Brasil* (1834), nossa próxima obra em análise, José Saturnino da Costa Pereira vivia esse momento de otimismo em relação à ampliação das franquias provinciais. No prefácio de sua obra, escrita para uso dos alunos da Escola Militar, o engenheiro fornece dados gerais sobre o Império, cuidando de observar que a melhor maneira de se perceber a totalidade deste seria a partir da consideração das particularidades provinciais:

Na vasta superfície do Brasil [...] já se vê, que o país deve apresentar aspectos muito variados, terrenos de naturezas diversas, elevações, e vales diferentemente extensos, e configurados; diferentes climas, produções, etc., que não podem ser encarados debaixo de um só ponto de vista, para descreverem em geral, de maneira que se forme idéia do todo (PEREIRA, 1834, p. 5).

Nessa passagem, Costa Pereira atesta a impossibilidade de sintetizar o Brasil sob um único ponto de vista, visto que esse país estava sob o signo da diversidade. A melhor maneira de se vislumbrar o território do país seria, portanto, remetendo-se às particularidades provinciais, as quais deveriam ser descritas em artigos independentes entre si. Ademais, o autor reconhecia o caráter artificial do sistema de divisão do Império, atestando a não correspondência entre limites políticos e fenômenos da natureza.

Mesmo tratando as províncias de maneira pormenorizada, Costa Pereira evita mencionar um importante objeto: os números de população. Isso porque, segundo ele, algumas informações eram baseadas em princípios tão falíveis, que nenhuma confiança mereciam. O próprio autor admitia que essa omissão tornava sua obra “imperfeita” e passível de críticas. A lacuna sobre a população, contudo, não foi exclusividade da obra em questão, tendo sido notado o mesmo problema em Aires de Casal e outros autores.

Para Costa Pereira, a descrição parcial consistia num eficiente recurso para se delinear a superfície terrestre do Império. Contudo, ele não era adequado à representação do litoral, visto que a costa brasileira, vista do mar, não apresentasse aspectos uniformes em toda a sua extensão:

As descrições parciais do litoral não podem, ao contrário, oferecer ideia clara do seu complexo: a direção das Costas, os Recifes, e Baixos que as bordam; o sentido, e velocidade das correntes; os ventos gerais, as monções, as estações, etc., são circunstâncias, que se não podem considerar, conservando o sistema de divisão, em que as Províncias estão repartidas, e que nada tem de particular a estes respeito (PEREIRA, 1834, p. 8).

Sob a perspectiva do *Dicionário Topográfico*, o Brasil revelava-se resplandecente, apesar de inacessível. Sua coesão fundamentava-se na diversidade de aspectos topográficos, climáticos e econômicos que caracterizavam cada uma das províncias que o compunham. Unidade e autonomia provincial eram, assim, faces de um mesmo projeto nacional.

Era comum que os compêndios didáticos oitocentistas veiculassem uma concepção de história que atribuía à natureza o prognóstico da grandiosidade nacional. Específico dessa perspectiva é o comentário do médico Alexandre José de Mello Moraes em *Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil* (1863):

Parece que a Providencia Divina tinha encaminhado a Pedro Álvares Cabral, na descoberta de um vastíssimo continente, para servir de refugio, mais tarde à dinastia dos Bourbons, e de amparo à nação portuguesa. O modo como foi descoberto este grande império do Brasil, revela um milagre que claramente nos demonstra os mistérios de Deus, quando ao porvir das nações. Depois que principiou o Brasil a ser colonizado, [...] na corte de Lisboa homens leais e pensadores, pelos conhecimentos que adquiriram do continente brasileiro, olharam para o Brasil, não como um território de especulação mercantil, porém como a taboa de salvação da monarquia portuguesa (MORAES, 1863, p. 12).

Nessa passagem, chama-nos atenção a associação semântica que o autor estabelece entre os termos *continente*, *império* e *nação*. Primeiramente, ele faz referencia à descoberta de um vastíssimo continente, que teria servido posteriormente de refúgio à dinastia bourbonica e amparo à nação portuguesa. Na frase seguinte, o objeto da descoberta passa a ser o grande império do Brasil, como se este precedesse ao continente americano. O comentário completa-se com uma menção ao continente brasileiro, que teria servido de experiência aos aventureiros e tábua de salvação para a monarquia portuguesa.

Longe de se ser fortuita, a aparente indistinção entre termos geográficos (continente) e conceitos políticos (nação, império, monarquia) indica um modo de conceber a história do país. Para Mello Moraes, o que Cabral e seus companheiros descobriram foi um vastíssimo continente, que se tornou continente brasileiro por meio da ação dos homens que o batizaram como tal. Nesse raciocínio, os limites do território nacional confundem-se com a vastidão dos limites naturais da América do Sul. Notemos que, em momento algum, o autor faz menção às relações de fronteira entre o Brasil e outros países da América do Sul. Sob essa perspectiva centrada no *grande Império do Brasil*, Portugal era, portanto, como um naufrago frágil que chega às costas brasileiras e nelas deposita os resquícios de seu passado e as esperanças de seu futuro.

JOAQUIM MANOEL DE MACEDO, UMA IMAGEM DE BRASIL PARA SE MOSTRAR AO MUNDO

A imagem que o Império tinha de seu lugar no concerto das nações civilizadas transformou-se ao longo do Oitocentos, adquirindo contornos mais otimistas a partir do Segundo Reinado. Superadas as instabilidades do período regencial, o Estado monárquico atravessou as décadas de 1850 e 1860 em relativa paz, já que não mais urgia estabelecer as bases de um arranjo institucional. Naquele momento, o que mais importava era conhecer e inventariar as riquezas econômicas do país, lançando as sementes da identidade nacional de maneira a colher frutos de unidade, progresso e civilização.

Data desse contexto a produção de Joaquim Manuel de Macedo, célebre escritor de *A Moreninha* (1844), da qual analisamos *Noções de Corografia do Brasil* (1873). Essa obra de divulgação científica foi encomendada para ser apresentada na Exposição Universal de Viena em 1873. Nesse mesmo ano, ela saiu à lume em duas edições: uma em português, impressa no Rio de Janeiro, e outra em francês, impressa em Leipzig⁹.

Notemos que o formato e o conteúdo dessas edições são praticamente idênticos, salvo algumas alterações feitas pelo autor a guisa de melhor adaptar o texto a seus leitores. Por exemplo, a edição nacional possui prólogo no qual Macedo explica a razão de tal obra, que seria, basicamente, divulgarem-se na Europa informações gerais sobre o Brasil. Já na edição francesa, o autor provavelmente achou desnecessária tal justificativa.

Quanto à estrutura, *Noções de Corografia do Brasil* divide-se em duas partes: a primeira consiste num panorama do Império, contemplado nos seguintes aspectos: esboço histórico; posição astronômica e limites; clima; ilhas principais; estreitos e cabos principais; baías e portos; sistema orográfico; sistema hidrográfico; produções naturais; indústria, comércio e progresso material; sistema de governo e de administração; civilização e população; colonização e catequese. Na segunda parte, há informações sobre cada uma das províncias, sistematizadas à semelhança do modelo instituído por Aires de Casal.

Essa divisão de conteúdos evidencia a perspectiva de Macedo sobre o Brasil, “país tão grande, e grandioso”, como ele mesmo diz. Ao apresentar informações gerais do Império em primeiro plano, reservando às províncias parte posterior, o autor parece esclarecer que, na sua concepção, singularidades regionais existiam em função de uma unidade nacional superior.

No prólogo, Macedo esclarece seu método de análise, que consistiu em coligir

⁹Para este artigo, utilizamos, basicamente, a edição francesa dessa obra, por maior facilidade de acesso.

numerosos compêndios de geografia, trabalhos de engenheiros e memórias de viajantes naturalistas nacionais e estrangeiros. Assim, ao estabelecer quais eram os estudos clássicos, o autor contribuía para a instituição de uma tradição nacional do gênero corográfico. Notemos que, no topo de sua hierarquia, figura a *Corografia Brasileira*.

Vale destacar um eixo de análise entre *Noções de Corografia do Brasil* e a obra modular de Aires de Casal que se manifesta na valorização dos cursos de água como marcos de demarcação do território nacional.

Na parte de *Noções de Corografia do Brasil* que trata do sistema orográfico, o autor divide o território brasileiro em províncias marítimas e províncias centrais, enfatizando o caráter integrador dos cursos de água no país:

Les quatre provinces de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso et Amazonas, par opposition aux provinces maritimes, sont nommées centrales; mais cette qualification a besoin d'être expliquée, attendu qu'elles ne sont pas centrales dans la force du terme, puisqu'elles peuvent communiquer directement avec l'Océan comme les provinces maritimes par le moyen de leurs grandes artères, véritables méditerranées d'eau douce où la navigation est de plus faciles (MACEDO, 1873, p. 66)¹⁰.

Se Aires de Casal enxergava nos rios a qualidade imanente de dividir circunscrições territoriais, Macedo descrevia as vias fluviais sob a perspectiva da integração: para esse autor, os rios são grandes artérias, verdadeiros mediterrâneos de água doce que ligam as províncias interioranas ao litoral, contribuindo, através da pesca e da navegação, para o incremento da economia e dos meios de comunicação do país.

Macedo não subestima a importância das variáveis regionais na conformação dos aspectos nacionais. Sobre o clima do país, por exemplo, ele observa que, como o país se estende ao norte até a linha do Equador e, ao sul, para além do Trópico de Capricórnio, compreendendo trinta e nove graus de latitude,

On ne peut donc pas, dans une si vaste étendue, présenter un climat unique, égal et semblable; et, bien que la chaleur soit l'élément essentiel et constitutif de la climature, ce n'est pas seulement l'influence du soleil, modifiée selon les diverses latitudes ou elle se fait sentir, qui détermine les différences qu'on y observe; cette influence est encore subordonnée à diverses circonstances locales, aux conditions de positions de position relative et

¹⁰“As quatro províncias de Minas-Gerais, Goiás, Mato Grosso e Amazonas, por oposição às províncias marítimas, são nomeadas centrais; mas essa qualificação necessita ser explicada, levando-se em conta que elas não sejam centrais na força do termo, pois elas podem se comunicar diretamente com o Oceano como as províncias marítimas por meio de suas grandes artérias, verdadeiros mediterrâneos de água doce onde a navegação é das mais fáceis” (tradução nossa).

principalement d'élévation des terrains, ce qui produit les plus remarquables variations de température (MACEDO, 1873, p. 33)¹¹.

À semelhança de outros autores já analisados, como Costa Pereira, Macedo via o clima brasileiro sob o prisma da diversidade, reconhecendo na extensão geográfica um fator que dificultava não apenas a unidade territorial, mas também a homogeneidade climática. Estimamos com isso que, para esse autor, diversidade e unidade não eram condições antagônicas, mas pressupostos essenciais de um mesmo projeto nacional.

A apologia da unidade nacional não impedia que o autor de *Noções de Corografia do Brasil* reconhecesse o caráter inacabado do processo de fixação dos limites nacionais. Em pontos remotos do Império, essas demarcações jaziam desconhecidas, o que dificultava a eficácia da ação governamental, além de dar ensejo a litígios entre as províncias. Ciente disso, o autor justifica sua opção de não abordar a história desse processo, sugerindo algumas medidas para sanar as questões de fronteira no Império:

Dans les articles sur les limites des provinces, nous négligeons l'histoire des prétentions et contestations qu'on observe entre elles, ce qui rend nécessaire, non-seulement la révision de la carte de l'empire, mais aussi la création de nouvelles provinces, au profit de l'administration, de la politique, du progrès matériel et de la civilisation d'une contrée si vaste et si opulente (MACEDO, 1873, p. 194)¹².

Quanto aos limites já fixados, Macedo faz questão de salientar que o Estado monárquico conquistou-os por meio da diplomacia e da civilidade, e não pela “espada de Breno”¹³, expressão sinônimo de vitória pelas vias da violência.

Na “família provincial” do Império, metáfora cunhada pelo autor para indicar o arranjo institucional então vigente, cada membro (ou província) possuía um lugar determinado em função de sua potencialidade econômica, expressividade política, herança histórica, entre outras condicionantes. Nesse sentido, a segunda parte de *Noções de Corografia do Brasil* contém passagens elucidativas de como o autor pensava a dinâmica entre região e nação.

¹¹“Não se pode, portanto, em uma tão vasta circunscrição, apresentar um clima único, igual e semelhante; e mesmo que o calor seja o elemento essencial e constitutivo de seu clima, não é somente a influência do sol, modificada segundo as diversas latitudes onde ela se faz sentir, que determina as diferenças observadas; esta influência é ainda subordinada a diversas circunstâncias locais, às condições de posição relativas e principalmente de elevação dos terrenos, isto é o que produz as mais notáveis variações de temperatura” (tradução nossa).

¹²“Nos artigos sobre os limites das províncias, nós negligenciamos a história das pretensões e contestações observadas entre elas, o que faz necessário, não somente a revisão da carta do Império, mas também a criação de novas províncias, para benefício da administração e da política, do progresso material e da civilização de uma região tão vasta e tão opulenta” (tradução nossa).

¹³No francês: “l'épée de Brennus”.

Havia províncias que, por se comporem basicamente de florestas e terem povoação incipiente, eram relacionadas à dimensão do futuro, ao “vir a ser” tão almejado pelos políticos e intelectuais. Acreditava-se que seu território guardava riquezas naturais passíveis de serem transformadas em matéria-prima para a construção de um Estado nacional próspero. São exemplos as províncias do Amazonas e do Espírito Santo, respectivamente descritas a seguir:

L’importance politique de cette province, due à ses conditions de limitrophe avec quelques Etats américains et avec une des Guyanes des possessions européennes n’a pas besoin d’être démontrée. Ses éléments naturels de prospérité et de grandeur futures se manifestent si abondants, si riches et si admirables sur un sol presque entièrement vierge ; ils se présentent d’une manière si évidente dans l’opulence de ses artères et de ses voies hydrauliques, que toute information détaillée à ce sujet semblerait une exagération de l’enthousiasme patriotique [...]. Il nous suffira de dire que la province d’Amazonas est un nouveau monde à découvrir, mais un nouveau monde qui offre partout, sur les bords de ses cours d’eau et les lisières de ses forêts, de riches et magnifiques récoltes avant le travail, et un sol d’une fécondité merveilleuse qui récompense avec une générosité extraordinaire les moindres efforts du laboureur (MACEDO, 1873, p. 199)¹⁴.

La province d’Espírito-Santo, quoique voisine de la capitale de l’empire est destinée par la nature à devenir sur le littoral l’entrepôt et le marché principal pour l’exportation des produits d’une partie intéressante de la province de Minas-Geraes. Elle est encore mal connue et peu appréciée ; c’est pour ainsi dire une contrée encore inconnue ; elle offre pourtant à l’émigration européenne plus que des calculs et des espérances, elle lui assure des récoltes abondantes sur un sol privilégié et des avantages extraordinaires à l’industrie et aux entreprises bien organisées : c’est une nouvelle toison d’or qui attend ses argonautes (MACEDO, 1873, p. 322)¹⁵.

Embora tratem de províncias localizadas em regiões distintas, essas passagens relevam-nos imagens bastante semelhantes entre si: em ambas as representações, a ênfase está nas qualidades que poderiam ser esperadas dos elementos naturais de cada província.

No primeiro exemplo, Macedo chega a mencionar o papel geopolítico do Amazonas,

¹⁴ “A importância política desta província, devido a suas condições de limítrofe com alguns Estados americanos e com uma das Guianas de possessões europeias, não necessita de ser demonstrada. Seus elementos naturais de prosperidade e de grandeza futuras se manifestam tão abundantes, tão ricos e tão admiráveis sobre um solo quase inteiramente virgem; eles se apresentam de uma maneira tão evidente na opulência de suas artérias e de suas vias hidráulicas, que toda a informação detalhada sobre esta matéria parecerá um exagero de entusiasmo patriótico. [...] Nos bastará dizer que a província do Amazonas é um novo mundo a descobrir, mas um novo mundo que oferece em todo lugar, sobre as bordas de seus cursos d’água e as orlas de suas florestas, ricas e magníficas colheitas antes do trabalho, e um solo de uma fecundidade maravilhosa que recompensa com uma generosidade extraordinária os menores esforços do trabalhador” (tradução nossa).

¹⁵ “A província do Espírito Santo, embora seja vizinha da capital do Império, é destinada pela natureza a se tornar, sobre o litoral, o entreposto e mercado para a exportação dos produtos de uma parte interessante da província de Minas Gerais. Ela é ainda mal conhecida e pouco apreciada; é, por assim dizer, uma região ainda desconhecida; no entanto, ela oferece à imigração europeia mais que cálculos e esperanças, ela lhe assegura colheitas abundantes sobre um solo privilegiado e vantagens extraordinárias à indústria e às empresas bem organizadas: é um novo veloccino de ouro que espera seus argonautas” (tradução nossa).

província limítrofe com diversos países sul-americanos. Todavia ele não se estende sobre o assunto, argumentando que sua importância não necessitava de ser demonstrada. Sobre essa província, o que lhe interessava mesmo era a fecundidade e abundância com as quais o território amazônico recompensava os esforços do colono trabalhador. Ademais, segundo o autor, toda a descrição detalhada dessa região corria o risco de parecer um exagero de entusiasmo patriótico, uma vez que era impossível representar a diversidade da fauna e da flora amazônicas sem maravilhar-se com ela.

Quanto à província do Espírito Santo, o caráter privilegiado de seu solo asseguraria colheitas abundantes e vantagens extraordinárias àqueles que nela investissem suas esperanças e capitais. Macedo também comenta sobre a potencialidade comercial dos portos marítimos daquela província, que estavam destinados pela natureza a exportar parcela expressiva da produção mineira.

Essas províncias eram, portanto, um novo mundo a descobrir: a opulência amazônica assentava-se sobre um solo quase inteiramente virgem, e o Espírito Santo, região ainda desconhecida e pouco apreciada, poderia se revelar um “velocino de ouro” aos imigrantes europeus. Além de atender aos imperativos econômicos suscitados pelas exposições, *Noções de Corografia do Brasil* contribuía para a construção da identidade brasileira, assimilando as regiões remotas do Império ao movimento da história nacional.

Outro “grupo familiar” retratado por Macedo era o das províncias que, por motivos naturais ou antrópicos, jaziam em estado de decadência. Era esse o caso de muitas províncias do Nordeste, especialmente do Ceará, sobre o qual o autor comenta:

Le Ceará pourrait être aujourd’hui une de plus riches provinces de l’Empire si ce n’étaient les longues et désastreuses sécheresses qui ravagent périodiquement l’intérieur de cette province. Disposant d’immenses ressources naturelles, d’une fertilité étonnante hors des époques, heureusement éloignées, de calamité brûlante et destructrice, le Ceará deviendra une des provinces les plus riches et les plus florissantes, dès que la science aura complètement vaincu le fléau destructeur par la solution du problème de son irrigation das les longs mois de sécheresse (MACEDO, 1873, p. 244)¹⁶.

Aqui vemos uma faceta da natureza brasileira bem diferente dos dois primeiros

¹⁶“O Ceará poderia ser hoje em dia uma das mais ricas províncias do Império se não fossem as longas e desastrosas secas que arrasam periodicamente o interior desta província. Dispondo de imensos recursos naturais, de uma fertilidade admirável fora de época, felizmente afastadas, da calamidade escaldante e destruidora, o Ceará se tornará uma das províncias mais ricas e mais florescentes, quando a ciência houver vencido completamente o flagelo destruidor pela solução do problema de sua irrigação nos longos meses de seca” (tradução nossa).

exemplos: para as províncias do Amazonas e Espírito Santo, a natureza era uma aliada na trajetória rumo ao progresso, ao passo que, para o Ceará, ela era perpétua adversária a ser vencida pelo trabalho e pela técnica. A profusão de rios que banhavam a região amazônica contrapunha-se à seca, flagelo que assolava a paisagem cearense, debilitando a economia regional. Para reverter o quadro de decadência urgia, pois, docilizar a natureza, abrandando-lhe os extremos.

Identificamos um terceiro conjunto de províncias que, por sua coadjuvação no processo de unificação do território nacional, poderiam ser chamadas de “históricas”. Sua importância era fundamentada, sobretudo, no passado. Como exemplo, temos Pernambuco, tida como um “grande planeta brasileiro”,¹⁷ em cuja órbita giravam províncias menores, como Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Também a Bahia possuía incalculável valor histórico para Macedo:

C’est Bahia qui a formé, dirigé et défendu presque toutes les capitaineries qui constituent aujourd’hui l’empire du Brésil. Elle a droit à la vénération et à la gratitude des provinces actuelles, autrefois ses protégées et ses subordonnées. C’est une vieille mère vénérée, entourée de ses enfants (MACEDO, 1873, p. 305)¹⁸.

Ou ainda São Paulo, província gloriosa no passado e promissora no futuro, cuja imagem era matizada por ambiguidades:

Pleine de souvenirs historiques, légendaires, romanesques, riche en traditions guerrières, terribles, poétiques, surprenantes, tantôt sinistres, tantôt sublimes, la capitainerie de São-Paulo, qui ne peut disputer à celle de Rio de Janeiro la gloire de la priorité dans le majestueux mouvement patriotique de l’indépendance, eut pourtant la fortune suprême d’avoir entendu sur le bord de sa modeste rivière le cri patriotique, le cri national, le cri de l’Ipiranga : “L’indépendance ou la mort” (MACEDO, 1873, p. 371)¹⁹.

E quanto a Minas Gerais? Qual era seu lugar na família provincial do Império? Vejamos primeiramente como Macedo descreve o perfil dessa província, relacionando-o ao sistema orográfico nacional:

¹⁷No francês : “grande planète brésilienne”.

¹⁸“É a Bahia que formou, dirigiu e defendeu quase todas as capitánias que constituem hoje o Império do Brasil. Ela tem o direito à veneração e à gratidão das provinciais atuais, outrora suas protegidas e subordinadas. É uma velha mãe venerada, cercada de seus filhos” (tradução nossa).

¹⁹“Plena de lembranças históricas, legendárias, romanescas, rica em tradições guerreiras, terríveis, poéticas, surpreendentes, um tanto sinistras, um tanto sublimes, a capitania de São Paulo, que não pode disputar com aquela do Rio de Janeiro a glória da prioridade no majestoso movimento patriótico da Independência, tem, no entanto, a fortuna suprema de haver ouvido, sobre a orla de seu modesto rio, o grito patriótico, o grito nacional, o grito do Ipiranga: “*Independência ou morte*” (tradução nossa).

La province de Minas Gerais est la reine des montagnes et, en cette qualité, elle préside au système orographique general de l'empire; d'immenses chaînes de montagnes la traversent ou s'étendent em diverses directions: la cordillière do Espinhaço lui donne des vallées escarpées, celle das Vertentes, par ses ramifications et par as moindre élévation, forme de grands plateaux, dont quelques-uns fort étendus. De nombreux cours d'eau, plus ou moins puissants, traversent la province et em fertilisent les vallées et les plaines immenses (MACEDO, 1873, p. 449)²⁰.

Essa passagem evidencia o lugar de destaque conferido a Minas no território imperial: para Macedo, essa província era a “rainha das montanhas”, ponto nodal do sistema orográfico brasileiro, por ser cortada pelos principais rios e montanhas que dão forma ao relevo do país.

A despeito de sua diversidade, Minas Gerais não prescindia das outras províncias para prosperar. Pelo contrário, o autor argumenta que, por causa de sua posição central e da ausência de canais de escoamento marítimo, essa província estava estreitamente ligada ao comércio da cidade do Rio de Janeiro, sua capital econômica, comercial e industrial:

Minas Gerais, tout en possédant sa capitale administrative et politique dans son propre sein, continuera à avoir pour capitale économique, c'est-à-dire industrielle et commerciale, la ville de Rio de Janeiro, out reses rapports avec Bahia et São Paulo et les communications probables par le Mucuri avec la province d'Espírito Santo. Cette dépendance est le lien fraternel et d'intérêt réciproque qui fait des provinces de Rio de Janeiro et Minas Gerais les deux soeurs le plus étroitement liées dans la famille provinciale de l'empire (MACEDO, 1873, p. 449)²¹.

Sob a ótica macediana, as províncias dependiam econômica e politicamente do governo central. Ao utilizar metáforas de forte carga sentimental, como “elo fraternal” e “família provincial”, Macedo naturalizava o arranjo institucional do Império, abrandando a violência que as situações de dependência e desigualdade normalmente evocam. Assim, pela metáfora das províncias irmãs, centro e periferia, governo central e elites regionais, unidade e diversidade tornavam-se categoriais não antagônicas, mas interdependentes. *Noções de Corografia do Brasil* mostra-nos, portanto, que os compêndios geográficos foram importantes

²⁰“A província de Minas Gerais é a rainha das montanhas e, nesta qualidade, ela preside ao sistema orográfico geral do Império; Imensas cadeias de montanhas a atravessam ou se estendem em diversas direções: a cordilheira do Espinhaço lhe confere vales escarpados, aqueles das Vertentes, por suas ramificações e por sua moderada elevação, forma grandes platôs, dos quais alguns são bastante conhecidos. Os numerosos cursos d'água, mais ou menos caudalosos, atravessam a província, fertilizando os vales e planícies imensas” (tradução nossa).

²¹“Minas Gerais, possuindo sua capital administrativa e política em seu próprio seio, continuara a ter por capital econômica, quer dizer industrial e comercial, a cidade do Rio de Janeiro, além das relações com Bahia e São Paulo e as prováveis comunicações com a província do Espírito Santo pelo Mucuri. Esta dependência é o elo fraternal e de interesse recíproco que faz das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais as duas irmãs mais intimamente ligadas dentro da família provincial do Império” (tradução nossa).

instrumentos de validação de projetos políticos, tendo estado ligados aos projetos de manutenção da unidade nacional e incremento das políticas econômicas regionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre representações do território brasileiro no século XIX é necessariamente se debruçar sobre questões concernentes ao domínio do espaço e sua institucionalização. Longe de ser uma simples realidade geográfica, o espaço é uma construção historicamente determinada, fruto de relações de poder e de construções culturais.

Espaço e território, contudo, não são categoriais de análise equivalentes. No que concerne ao segundo termo, Claude Raffestin observa que seus limites são definidos não apenas por critérios econômicos ou geográficos, mas também, e sobretudo, por ser zona de competência institucionalizada, coeficiente das relações de poder. Assim, enquanto espaço é a “prisão original”, categoria de análise que, sendo ampla, pode gerar ambiguidades de entendimento, o território é a “prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 13), conceito essencialmente político que chama atenção, de maneira mais explícita, para o princípio de organização que rege a relação entre espaço, poder e representação.

Numa analogia entre discurso geográfico e estratégia militar, Michel Foucault lembra-nos de que a produção de mapas e outras formas de representação territorial sempre forneceram suporte às iniciativas de gerenciamento do espaço por parte do Estado. Ele observa que muitos dos verbos de ação utilizados no tratamento do espaço – *dividir*, *definir*, *dominar* – evocam uma dimensão de disputa em que está em jogo o poder de impor um modelo de visão de mundo a uma determinada comunidade. O geógrafo, na opinião de Foucault, tem como função essencial a coleta de informações passíveis de serem processadas pelo poder. Assim, para o autor: “o poder não tem necessidade de ciência, mas de uma massa de informações, que ele, por sua posição estratégica, é capaz de explorar” (FOUCAULT, 1986, p. 163).

Ao refletir sobre a relação entre espaço e política, Iná Elias de Castro, por sua vez, observa a inseparabilidade entre estes conceitos, argumentando que a violência fundadora das relações sociais torna necessária a existência de formas institucionais e recortes territoriais para seu controle. Segundo a autora,

Sendo a política o controle das ações individuais e coletivas e o espaço o

suporte material destas ações pode-se dizer que o espaço é bem mais que uma instância política, sendo mesmo parte integrante da sua essência (CASTRO, 2006, p. 161).

Nesse sentido, a transformação das paixões humanas em interesses políticos ou materiais incide diretamente na relação que os sujeitos históricos estabelecem com o espaço. Toda a representação do território é, portanto, elemento de transformação do real e de atribuição de sentido ao espaço, visto que visem enquadrá-lo a diferentes dinâmicas de poder.

Em síntese, para os autores citados, o espaço está longe de ser uma realidade inócua, simples suporte dos fenômenos sociais. Segundo o paradigma crítico que eles compartilham, é consenso que o espaço seja um fato social, instância que constitui os eventos históricos, conferindo-lhes localização, sentido e identidade.

No processo de formação da identidade nacional brasileira, as formas de representação do espaço desenvolveram-se em concomitância com a ordem política do Império, ora reiterando o modelo de hierarquização espacial vigente, ora fornecendo subsídios para críticas ao arranjo institucional centralizado e ao sistema de divisão territorial. No contexto em que a nação solidificava suas bases por meio da difusão de valores, signos, símbolos e instituições, os compêndios geográficos serviam para demarcar os limites dentro dos quais a soberania nacional pudesse ser expandida. Essas obras, nesse sentido, foram verdadeiros instrumentos de representação política, por idealizarem diferentes imagens de Brasil.

REFERÊNCIAS

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1713.

BUENO, José Antônio Pimenta. *Direito Público Brasileiro e análise da Constituição do Império*. Brasília: Ed. do Senado Federal, 1978.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasílica ou Relação Historico-Geografica do Reino do Brazil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

CASTRO, Iná Elias de. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Explorações geográficas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 155-196.

COSGROVE, Denis. Prospect, perspective and the revolution of landscape idea. *Transactions*

of the Institute of British Geographers, v.10, n.1, p. 45-62, 1985.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial*. Origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

FOUCAULT, Michel. Sobre a Geografia. In: _____. *Microfísica do poder*. 6 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 153-165.

MACEDO, Joaquim Manoel de. *Notions de Chorographie du Brésil*. Leipzig: Imprimerie de F. A. Brockhaus, 1873.

MORAES, Alexandre José de Mello. *Corographia historica, chronographica, genealógica, nobiliária e politica do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Americana de José Soares de Pinho, 1858.

PEIXOTO, Renato Amado. *A máscara da medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX*. 439f. Tese (Doutorado em História). IFCS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

PEREIRA, José Saturnino da Costa. *Diccionario Topographico do Imperio do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Commercial de P. Gueffier, 1834.

PRADO JR., Caio. Comentário. In: CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasilica ou Relação Historico-Geografica do Reino do Brazil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945. p. 7-40.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

REBELLO, Domingos José Antonio. *Corographia ou abreviada História Geographica do Imperio do Brasil*. Salvador: Typ. Imperial e Nacional, 1829.

REVEL, Jacques. Configurações Espaciais. In: _____. *A Invenção da sociedade*. Lisboa: Difel, 1989. p. 103-180.

RONCAYOLO, Marcel. Território. In: ENCICLOPÉDIA *Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional, 1986, p. 262-289.

THIESSE, Anne-Marie. La petite patrie enclose dans la grande: regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1870 – 1940). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 3-16, 1995.

THIESSE, Anne-Marie. Ensinar a pátria pela região. *Revista do Centro de Educação UFSM*, Santa Maria, v. 34, n. 1, p. 13-27, jan./abr. 2009.